



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11192 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

SENTIDOS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO: UMA ABORDAGEM SOBRE O DISCURSO DOS NOVOS LETRAMENTOS E MULTILETRAMENTOS NA BNCC E NO DRC/MT

Cristiane Ferreira Português Almeida - UFMT - PPGE Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso

Hugo Heleno Camilo Costa - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

SENTIDOS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO: UMA ABORDAGEM SOBRE O DISCURSO DOS NOVOS LETRAMENTOS E MULTILETRAMENTOS NA BNCC E NO DRC/MT

Neste resumo, que deriva de pesquisa de mestrado, abordaremos o processo de hegemonização do discurso de ensino de Língua Portuguesa (LP) por novos letramentos e multiletramentos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento de Referência Curricular de Mato Grosso (DRC/MT), do Ensino Fundamental (EF) – Anos Finais e Ensino Médio. Nos apoiamos na Teoria do Discurso (TD), de Laclau e Mouffe, e nas incorporações de tais estudos desenvolvidas, especialmente, por Lopes e Macedo para a pesquisa no campo de políticas de currículo. Dessa forma, marcamos que a nossa discussão tem orientação pós-fundacional, especificamente de cunho pós-estrutural e se volta à concepção da linguagem como meio opaco, em que são produzidos discursos. Para Laclau, a linguagem é parte constitutiva do discurso, visto que para ele, discurso tem uma conceituação que envolve o linguístico e o extralinguístico (LACLAU; MOUFFE, 2015; LACLAU, 2011).

Em nosso trabalho, a abordagem discursiva é subsidiada pela pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, como um trabalho de lidar com textos defendidos, nos contextos em tela, como representação das políticas. A abordagem pós-estruturalista que utilizamos, tanto para fundamentar a pesquisa quanto para proceder a investigação e a leitura dos documentos, se difere “tanto das teorias tradicionais como das teorias críticas que as

precedem” (PARAÍSO, 2004, p. 284), busca outras possibilidades de pesquisas utilizando-se do singular, do local e do parcial, estratégias que escapam das totalizações e homogeneizações das metanarrativas (PARAÍSO, 2004).

Utilizamos as noções de hegemonia e tradução na construção de um entendimento possível dos discursos curriculares propostos para a pesquisa. Pensamos uma leitura, sempre contingencial e provisória, de como os novos letramentos e multiletramentos disputam a hegemonização de sentidos para o ensino de LP na política curricular para o EF – Anos Finais e EM, considerando que a BNCC e o DRC/MT são documentos emblemáticos de grande difusão nacional e estadual respectivamente.

Com o registro pós-estrutural, chamamos a atenção para que a tentativa de prescrição curricular, ordenamento político para as escolas brasileiras está sempre exposta à tradução, ou seja, por processos de suplementação/adulteração que sempre geram outra coisa, geram diferenças, escapes (LOPES; CUNHA, COSTA, 2013). Sem a intenção de buscar uma verdade ou de esgotar o assunto, nossa leitura se volta a uma busca pela compreensão das disputas pela significação do currículo para o ensino do componente PL na Educação Básica no contexto da política em que se constitui a BNCC.

A noção de hegemonia é central na teoria discursiva de Laclau, pois por meio dela é possível a compreensão dos processos de formação discursiva. Conforme Laclau (2011), a hegemonia é o resultado de um discurso particular que por meio de articulações diversas conseguiu se universalizar. Já a noção de tradução é desenvolvida por Derrida, a partir da desconstrução do signo linguístico de Saussure, uma vez que na “tradução, a circulação do significante não tem origem nem fim, o processo é incessante” (LOPES; CUNHA; COSTA, 2013, p. 405). Se todo significante remete a outro significante, o que temos com a passagem de textos e discursos de um contexto a outro é o diferir, o deslocar da linguagem sempre podendo significar outra coisa (LOPES; CUNHA; COSTA, 2013). É com estas inspirações que nós abordamos o discurso dos novos e multiletramentos na política curricular.

O termo multiletramentos surgiu no final do ano de 1994 em um colóquio na cidade de Nova Londres, em Connecticut (EUA) (ROJO, 2012). Um grupo de pesquisadores que ficou conhecido como Grupo de Nova Londres (GNL), debateu durante uma semana e, após um ano, em 1996, “publicou um manifesto intitulado *A Pedagogy of Multiliteracies – Designing Social Futures* (‘Uma pedagogia dos multiletramentos – desenhando futuros sociais’) (ROJO, 2012, p. 11-2). No Manifesto, o grupo ressaltou a necessidade de a escola incluir em seu currículo os novos letramentos em circulação, com características multimodais ou multissemióticas, devido às influências das novas tecnologias de informação e da comunicação e a variedade de culturas presente na escola (ROJO, 2012). Com a repercussão do manifesto, pesquisadores brasileiros que já falavam de letramento aos poucos incorporaram o novo termo para representar as práticas múltiplas, diversas e integradas, sendo os trabalhos de Roxane Rojo o nome mais expressivo sobre o assunto.

Os multiletramentos, bem como os novos letramentos, aparecem na política curricular atual, BNCC, como uma atualização “em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação” (BRASIL, 2018, p. 67). Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), lançados em 1997, aparecem os termos alfabetização e letramento, termos esses que eram discutidos no cenário nacional da época (SOARES, 2004). Em LP, o texto já era considerado em relação ao seu contexto, entretanto, o trabalho textual com a linguagem escrita impressa era mais valorizado (SOARES, 2009).

O componente LP na BNCC, é afirmado como dialogando “com documentos e orientações produzidos nas últimas décadas” (BRASIL, 2018, p. 67), assim, em sua proposta, o texto com abordagem enunciativo-discursiva é central, “de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses” (BRASIL, 2018, p. 67). Ou seja, o texto é central na proposta e deve ser considerado para a ampliação das experiências dos letramentos aos novos letramentos e multiletramentos. “Dessa forma, a BNCC procura contemplar a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia” (BRASIL, 2018 p. 70).

Todo esse processo de formulação de um documento, que se projeta como regulatório, prescritivo e centralizador da educação de nosso país, não foi elaborado, segundo Costa e Cunha (2021), de forma compreensiva às contribuições de diferentes segmentos do campo da educação. De acordo com Costa e Cunha:

A agenda contra a prescrição curricular vem sendo duramente problematizada e combatida nos últimos tempos por entidades da área da educação. Não é demais lembrar como a aprovação das políticas em tela, pelo Conselho Nacional de Educação, se fez indiferente a atuação incisiva de associações científicas e de classe na reivindicação de atenção à vasta produção acadêmica da área e de ampliação do debate público [...] uma vez que as regulamentações passaram a ser definidas *a portas fechadas* para as lutas históricas na área (2021, p. 1248/9, grifo dos autores).

Lopes (2015) defende um currículo descentrado e posiciona-se contrária a ideia de qualquer projeto para a educação que visa “a construir um fundamento, um padrão, uma base curricular, um conjunto de conteúdos básicos ou mesmo um conjunto de critérios consensuais para definir de uma vez por todas uma identidade para o currículo da educação básica” (LOPES, 2015, p. 447). Para a autora, assim como para outros pesquisadores pós-estruturalistas (COSTA, 2013; BORGES, 2017; CUNHA, 2013; MACEDO, 2006), o currículo é um campo discursivo aberto, marcado sempre pela indecidibilidade.

Dessa forma, nossa crítica a uma base comum articula-se à luta desenvolvida no campo político pela defesa de um currículo mais democrático e plural, cuja significação não sedimenta ou estabiliza. Essa noção de currículo é potente nesta pesquisa, pois nos ajuda a problematizar a política curricular atual através da constituição da hegemonia por processos contínuos de tradução. Provisoriamente, consideramos que a centralização curricular defendida via os novos letramentos e multiletramentos em LP é um discurso que se justifica por uma suposta aproximação à realidade do jovem, ao passo que diz que a educação anterior é pouco atraente, desvinculada do mundo do estudante, muito conteudista e cheia de disciplinas.

Palavras-Chave: Política Curricular; BNCC; DRC/MT; Novos letramentos e multiletramentos; Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Brasília: MEC. 2018. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf >. Acesso em 17 ago. 2021.

COSTA, Hugo Heleno Camilo; CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da. Normatividade, Desconstrução e Justiça: para além do dever ser na Base Nacional Comum da Formação de Professores. **Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 3, p. 1246-1265, 2021.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, v. 222, 2011.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo, Intermeios, 2015.

LOPES, Alice Casimiro; CUNHA, Erika; COSTA, Hugo HC. Da recontextualização à tradução: investigando políticas de currículo. **Currículo sem fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 392-410, 2013.

LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**. Brasília, V. 21, N. 45, pp. 445-466, 2015. Disponível em: . Acesso em: 26 mar. 2022.

PARÁISO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, p. 283-303, 2004.

ROJO, Roxane. **Apresentação**. ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (org.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, p.7-10, 2012.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista brasileira de educação**, p. 5-17, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento-um tema em três gêneros**. Autêntica, 2009.